

Câmara aprova, em primeiro turno, PEC dos aposentados por invalidez



Arnaldo Faria de Sá



Andreia Zito

Eduardo Piovesan

O Plenário aprovou, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 270/08, que concede aposentadoria integral aos servidores públicos aposentados por invalidez permanente caso tenham ingressado no setor público até 31 de dezembro de 2003, data de publicação da Emenda Constitucional 41, a última reforma da Previdência.

A matéria, de autoria da deputada Andreia Zito (PSDB-RJ), foi aprovada por unanimidade (401 votos), mas precisa passar por um segundo turno de votação antes de ser enviada ao Senado. De acordo com o texto, o servidor

que entrou no setor público até essa data e já se aposentou ou venha a se aposentar por invalidez permanente terá direito a proventos calculados com base na remuneração do cargo em que se der a aposentadoria, sem uso da média das maiores contribuições, como prevê a Lei 10.887/04, que disciplinou o tema.

Essas aposentadorias também terão garantida a paridade de reajuste com os cargos da ativa, regra estendida às pensões derivadas desses proventos. Segundo o relator, deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), a mudança feita pela PEC corrige uma das distorções da reforma previdenciária. “É inaceitável que o indivíduo atingido por uma situação de invalidez, que mais precisa de cuidados e atenção do Estado, tenha seus proventos mais limitados que o servidor saudável”, afirmou.

A reforma da Previdência instituiu a aposentadoria por invalidez permanente com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave,

contagiosa ou incurável listada em lei.

Retroatividade - No substitutivo que Faria de Sá apresentou à comissão especial, estava prevista retroatividade a 2003, mas o texto aprovado retirou essa regra nas negociações com o governo. Para o relator, os aposentados poderão recorrer à Justiça para requerer a retroatividade. “O governo foi contra

a retroatividade, mas ela poderá ser requerida na Justiça”, afirmou.

A PEC estipula um prazo de 180 dias para o Executivo revisar as aposentadorias e pensões concedidas a partir de 1º de janeiro de 2004. Os efeitos financeiros dessa revisão vão valer a partir data de promulgação da futura emenda constitucional.

Criação de 66 cargos para o PSD

O Plenário aprovou simbolicamente ontem o Projeto de Resolução 103/11, da Mesa Diretora, que cria 66 cargos e funções comissionadas para a estrutura partidária do PSD – partido surgido neste ano. O partido teve seu registro aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em setembro e foi formado por dissidências de outras

legendas, principalmente o DEM, mas vários partidos perderam deputados para o PSD, criado pelo prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab. O PSD conta com 48 deputados federais. Segundo a resolução, os cargos serão extintos na próxima legislatura, quando ocorrer nova redistribuição de acordo com o número de eleitos em 2014.

Eleita comissão representativa do Congresso

Foi aprovada também a lista dos deputados que farão parte da comissão representativa do Congresso Nacional, que funcionará durante o período do recesso parlamentar, de 23 de dezembro de 2011 a 1º de fevereiro de 2012. A comissão tem 7 senadores e 17 deputados, com igual número de suplentes. Os nomes de um titular e um suplente do PMN ainda não foram indicados.

Os deputados titulares da comissão são: pelo PT, Amauri Teixeira (BA),

Paulo Teixeira (SP), Rubens Otoni (GO); pelo PMDB, Júnior Coimbra (TO), Mauro Benevides (CE); pelo PSDB, Duarte Nogueira (SP), Eduardo Gomes (TO); pelo PP, Márcio Reinaldo Moreira (MG); pelo DEM, Antonio Carlos Magalhães Neto (BA); pelo PR, Izalci (DF); pelo PSB, Cabo Juliano Rabelo (MT); pelo PDT, Marcos Rogério (RO); pelo bloco PV e PPS, Sarney Filho; pelo PTB, Paes Landim (PI); pelo PSC, Hugo Leal (RJ); pelo PCdoB, Chico Lopes (CE).

Deputadas fazem ato de protesto pela demora no julgamento do assassinato de Ceci Cunha

Durante a sessão de votações no Plenário, a bancada feminina da Câmara realizou um ato com o objetivo de chamar atenção para o julgamento dos acusados pela morte da deputada Ceci Cunha (PSDB-AL), assassinada há 13 anos, supostamente a mando de seu suplente, o ex-deputado Talvane Albuquerque, que teve o mandato cassado pela Câmara por seu envolvimento no assassinato. O crime, do qual foram vítimas também o marido de Ceci e dois de seus parentes, teria sido cometido por assessores e seguranças de Albuquerque.

O júri popular está marcado para 16 de janeiro, em Alagoas, e atende a uma solicitação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que considera o crime um dos dez casos de impunidade que mais afetam a credibilidade do

Poder Judiciário.

Várias deputadas pediram justiça em Plenário e se solidarizaram com Rosinha da Adefal (PTdoB-AL), que é eleita atualmente pela mesma base de Ceci Cunha, e que fará uma mobilização popular em Maceió para acompanhar o julgamento.

Primeira vice-presidente da Câmara, a deputada Rose de Freitas (PMDB-ES) disse que Ceci Cunha “foi assassinada brutalmente por ter ganhado uma eleição”. Para Rose de Freitas, o ato de protesto teve o objetivo de manifestar o “espanto com a impunidade” e pedir para que a justiça seja feita e que o autor pague pelo crime que cometeu. Na avaliação da deputada, é preciso que se eduque a sociedade para entender o respeito à mulher e para não aceitar a impunidade contra a violência.



Segundo Rose de Freitas, o ato de protesto teve o objetivo de pedir que a justiça seja feita e que o autor pague pelo crime que cometeu

A deputada Celia Rocha (PTB-AL) lembrou que o crime de 1998 ficou conhecido como “a chacina da gruta”. O caso, na avaliação de Keiko Ota (PSB-

SP), é um exemplo de como a impunidade ainda se faz presente no País. “Não podemos tolerar esta longa demora por parte do Judiciário”, afirmou.